



Fundação José Sarney responde a ação de improbidade administrativa

O Ministério Público Federal no Maranhão propôs ação de improbidade administrativa contra a Fundação José Sarney, seu ex-presidente e seu diretor executivo, José Carlos Sousa Silva e Fernando Nelmasio Silva Belfort, respectivamente. A denúncia é que houve irregularidades na aplicação de recursos captados pelo Programa Nacional de Cultura do governo federal. O uso indevido da verba causou prejuízo de R\$ 298 mil aos cofres públicos, segundo o MPF.

De acordo com a ação, aproximadamente R\$ 1,3 milhão foram repassados em 2005 pela Petrobrás para a Fundação José Sarney, em troca da dedução no Imposto de Renda da estatal, para o desenvolvimento de documentação museológica e bibliográfica da fundação. Outro uso dos recursos seria na montagem de exposição permanente dos acervos documentais referentes ao período no qual o senador José Sarney foi presidente da República.

O projeto foi concluído em 2009 e, atendendo a requerimento do MPF, a Controladoria-Geral da União apontou diversas irregularidades na aplicação da verba. Dentre os problemas apurados estão o uso de nota fiscal inidônea, o pagamento de consultoria para empresa de existência não comprovada e aquisição de produtos com sobrepreço.

Os procuradores da República responsáveis pela ação de improbidade demonstraram que a aplicação irregular do dinheiro proveniente de isenção fiscal causou prejuízo ao erário e requerem a restituição dos valores aos cofres públicos. Eles pedem ainda condenação de José Carlos Sousa Silva, Fernando Nelmasio Silva Belfort e da Fundação José Sarney nas penas de multa, suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar com a Administração Pública ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

Para o MPF-MA, "a utilização de recursos captados das empresas por meio do Ministério da Cultura é fundamental para viabilizar a política cultural nacional, no entanto, é necessário que ocorra a correta aplicação deste recursos, pois eles decorrem da dedução de impostos suportados por toda a sociedade brasileira".

Instituição contestada

O prédio que abrigava a Fundação José Sarney, em São Luís, é o antigo Convento das Mercês, uma construção do século XVII. O nome antigo deve-se ao fato de o prédio ter sediado a Ordem dos Mercedários. Após a polêmica, a fundação foi extinta por escassez de verba e passou a se chamar Fundação da Memória Republicana Brasileira. Seu patrimônio está sob responsabilidade da administração do governo do Maranhão, atualmente ocupado pela filha do ex-presidente, Roseana Sarney.

Ainda em 2011, o Conselho Seccional da OAB do Maranhão [decidiu propor Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o projeto de Lei Estadual 9.479/2011](#), que altera a natureza jurídica da Fundação José Sarney e cria a Fundação da Memória Republicana Brasileira. A proposta de estatização foi questionada em relação à Constituição maranhense. Segundo a OAB-MA, o projeto contraria as garantias da impessoalidade do bem público, da moralidade e da eletividade, além da alienação de bens



efetivada, o que fere o princípio da licitação.

Já o Partido Popular Socialista também propôs ADI no Supremo Tribunal Federal, sob alegação de "nociva confusão entre público e privado" e "afrenta à Constituição Federal". De acordo com a legenda, não seria legítimo reverenciar a figura de José Sarney e diferenciá-lo, na condição de patrono de uma fundação de direito público, dos demais cidadãos. As duas ações seguem em tramitação na Justiça. *Com informações da Assessoria de Imprensa do Ministério Público Federal do Maranhão.*

Date Created

04/04/2013